

O RETRATO DO REX NA *HISTORIA GOTHORUM* DE ISIDORO DE SEVILHA.

Maria Eugênia Mattos Luchsinger – UFAM

Na *Hispania* visigótica do sétimo século podemos visualizar a construção mais perfeita da idéia de realeza antes dos grandes tratados carolíngios, cabendo a Isidoro de Sevilha o mérito de iniciar uma reflexão política, cujos Concílios de Toledo foram o principal intérprete até a queda do *Regnum*, em 711. Ao lado dessa postura política, a concepção historiográfica também é um aspecto essencial no pensamento isidoriano.

Havia, pelo menos, três razões para que a história ocupasse importante lugar entre as suas obras: destacava-se na teoria clássica dos gêneros literários; a herança dos historiadores cristãos vinha renovando as tradições desde o século III; e, finalmente, o bispo de Sevilha havia testemunhado as transformações vividas pelo Reino de Toledo. Estes acontecimentos proporcionaram um tom particular às três obras que Isidoro escreveu durante o reinado de Sisebuto (612-621): *Chronicon*, *Historia Gothorum* e *De Viris Ilvstribvs*.

Nosso propósito aqui é analisar o ideal de *Rex* proposto pelo Sevilhano, a partir da sua *Historia Gothorum*, cujo verdadeiro título na tradição manuscrita é *De Origine Gothorum*. A versão breve, mais antiga, parece ter sido inspirada em uma tradição procedente de Maximo de Zaragoza, ao contrário da versão extensa, mais recente, que forma unidade com as *Histórias dos Vândalos e dos Suevos*. A versão longa é concluída com uma Recapitulação, que constitui um elogio das virtudes e as façanhas dos godos. Ainda está precedida por um *Elogio à Hispania (Laus Spaniae)*, que contrasta com todo o resto das obras isidorianas devido ao refinamento de sua prosa artística, ao mesmo tempo oratória e poética:

*Tú eres, oh España, sagrada y madre sempre feliz de príncipes y de pueblos, la más hermosa de todas las tierras que se extienden desde el Occidente hasta la India... Eres, además, rica en hijos, en piedras preciosas y púrpura y, al mismo tiempo, fertilísima en talentos y regidores de imperios, y así eres opulenta para realzar príncipes, como dichosa en parirlos. Y por ello, con razón, hace tiempo que la áurea Roma, cabeza de las gentes, te deseó y, aunque el mismo Poder Romano, primero vencedor, te aya poseído, sin embargo, al fin, la floreciente nación de los godos, después de innumerables victorias en todo el orbe, con empeño te conquistó y te amó y hasta ahora te goza segura entre ínfulas regias y copiosísimos tesoros en seguridad y felicidad de imperio.*¹

Nessa obra ele redimensiona o sentido de história universal, que até aquele momento, havia se centrado no Império Romano; sua atenção se volta para a mais nova monarquia cristã: o reino visigodo de Toledo. Tal obra representa um marco decisivo para a historiografia do Alto Medievo,

pois é a primeira narrativa em que a superioridade de Roma não se encontra no plano divino, aparecendo claramente o sentimento de um povo particular, o godo, completamente desvinculado da tutela imperial. Nessa narrativa, vislumbramos a história de um povo identificado com a *Hispania*, e de um *regnum* que haveria de permanecer como força política viva e operante, sustentado por uma concepção concreta e particularista que substitui definitivamente à superior concepção abstrata e universalista do *Imperium*, típica da tradição romana.²

Vale salientar que a inclusão da história dos Reinos vândalo e suevo deve-se ao fato de que o primeiro já havia sido incorporado ao mundo visigodo e esta incorporação excluía qualquer fundamento admissível para ensaios de autonomia ou separação como as que, poucos anos antes de Isidoro, haviam pretendido solidificar nas tentativas secessionistas de Hermenegildo. Por outro lado, o Sevilhano começa a descrição histórica desse povo apenas com a chegada à Península Ibérica, terminando com a liquidação do seu reino pelos bizantinos, que ele considera castigo divino devido à fé ariana ser professada pelos vândalos. No caso dos suevos, como a sua submissão se deu mais ou menos ao mesmo tempo que o ocaso do Reino vândalo, e com ela praticamente é alcançada a unidade peninsular, torna-se importante descrever a história deste reino, que de ariano passa a ser niceno e que, em virtude de uma dinâmica unificadora, passa ao domínio visigodo. Nesta visão unitária chega-se um momento considerado providencial por Isidoro, com a conversão de Recaredo no final do século VI. Assim, vai se desenvolvendo, na mentalidade do bispo de Sevilha, a idéia do papel que a monarquia goda desempenha no Ocidente. Deslocado o Império Romano para o Oriente e admitida a romanidade do povo godo em união com os hispano-romanos e agora convertido sob o bastião do cristianismo niceno, a *Hispania* está convocada a realizar uma importante missão no plano espiritual e político.³

No entanto, não podemos rigorosamente falar de sentimento nacional no pensamento isidoriano, mas se torna evidente uma inclusão sentimental à unidade peninsular, uma consciência clara de *Hispania* como âmbito de entidade política, uma decidida nostalgia de fusão étnica e convivência religiosa.⁴ O Sevilhano considera a realeza visigótica do seu tempo como fruto de um encontro entre os Godos e a *Hispania*: “A terra espanhola concebeu esta realeza”.⁵

A *Historia Gothorum* insere-se no quadro emprestado à crônica, do modelo da biografia. Entretanto, escapa do gênero da crônica, devido não só ao seu caráter restritivo, mas, significativamente quanto à sua composição. Desde a primeira página opta por cronologias dinásticas diferentes da crônica, ao datar inicialmente a “era”, seguido dos reinados dos imperadores e, por último, a dos reis visigodos. Apresenta imediatamente os godos como guerreiros temidos por Alexandre, Pirro, inclusive por César, como invasores dos Bálcãs, cristianizados em parte antes de sua conversão ao arianismo. E assim seguem no seu atribulado percurso, até estabelecerem-se na Espanha como povo federado em 418. Isidoro assinala a aparição de uma

primeira legislação visigoda redigida nos tempos de Eurico (466-484), não deixando de recordar a obra de restauração material e moral empreendida pelo rei ostrogodo Teodorico, “que há muito tempo foi feito cônsul e rei pelo imperador Zenão.”⁶ Tal precedente é importante, pois sugere o caráter legal do título de *Rex* que exibiam todos os soberanos godos da Itália e da Espanha. Uma vez convertido em rei da *Hispania*, Amalarico, neto de Teodorico, se mostrou também tolerante com os seguidores da Igreja de Roma. No entanto, o usurpador Atanagildo recorreu à intervenção dos bizantinos, que após se negaram a deixar o território que haviam ocupado. Daí procede “um conflito que continua durando: tendo sido anteriormente derrotados em grandes quantidades de combates, porém agora estão esmagados e dizimados por seus multiplicados fracassos”.⁷ Esta espécie de parêntesis parece revelar os sentimentos de Isidoro com respeito aos “reconquistadores” bizantinos durante a redação dessa passagem. Frente a essa ameaça, seu relato se torna mais veemente a partir da entronização de Leovigildo, suas vitórias militares e a consolidação da monarquia visigoda na *Hispania*: “foi o primeiro que se sentou em um trono entre os seus”.⁸

Isidoro conheceu, pessoalmente, os três últimos reinados mais significativos que relata no seu tratado histórico: Recaredo, Sisebuto e Suintila. Por isso, os feitos e façanhas destes príncipes nicenos são objeto de uma apologia histórica bem detalhada. Na realidade, Isidoro faz na sua obra uma biografia real, sob uma perspectiva cristã. Nela, o rei torna-se um objeto tão importante para a literatura quanto o mártir, o santo ou simplesmente o bispo.

A biografia real tem a dupla função de colocar o monarca diante de suas responsabilidades, ao mostrar que ele não é um mero joguete da história, mas que seus atos lhe seguem e que ele é o mestre de seu destino. Tem também a função de *exemplum*. O primeiro ponto refere-se à consequência natural do próprio gênero biográfico, isto é, de uma forma literária que implica o valor criador de seu tempo, as idéias de destino e de projeto de um ser que se criou e de uma obra que se construiu. O segundo ponto é a decorrência do interior de cada um desses relatos: todos levam a um juízo de valor, mesmo que, no caso, Isidoro não o formule explicitamente.

Para aprofundarmos a compreensão da figura do *Rex* em Isidoro de Sevilha é necessário entender qual o significado histórico da dominação goda para o Hispalense e como nos descreve os soberanos que ele conheceu. Inserido em uma época nova e renascente da *Hispania*, sente a necessidade de entender e explicar as relações que uniam a antiga província imperial com os seus “mestres” godos. Por sua vez, a realeza era a artesã e, ao mesmo tempo, beneficiária desta “renascença”. A centralização do poder operada por Leovigildo e a conversão de Recaredo transformaram profundamente a natureza do poder real e essa revolução proporcionou um espaço livre para a reflexão política e para as elaborações doutrinárias. Portanto, toda a obra histórica e política isidoriana é ditada pelas condições da conjuntura.

Ao escrever o que pensa de cada reinado, ele os torna autônomos, garantindo a marca de uma personalidade. Assim, cada um deles representa uma etapa da história hispano-gótica, onde está inserido o destino individual de cada príncipe. Com um estilo conciso mas convincente, podemos perceber a concepção política isidoriana através dos retratos reais feitos na *Historia Gothorum*, obra que também pode ser vista como uma espécie de *Espelho de Príncipes*. Assim, Leovigildo é elogiado devido à sua atuação militar, mas reprovado por sua política religiosa:

Se apoderó de gran parte de Spania, pues antes la nación de los godos se reducía a unos límites estrechos. Pero el error de la impiedad ensombreció en él la gloria de tan grandes virtudes.

*En efecto, lleno de furor de la perfidia arriana, promovió una persecución contra los católicos, relegó al destierro a muchísimos obispos y suprimió las rentas y privilegios de las iglesias.*⁹

Sob o olhar isidoriano, o monarca mostra-se como um *tyranus*, *Arrianae perfidiae furore repletus*, que age menos pela violência que pela corrupção.

Já com Recaredo, Isidoro muda de atitude devido, naturalmente, à sua conversão ao cristianismo niceno, “engrandecendo mais gloriosamente o *Regnum* com o troféu da fé.”¹⁰ Ao assinalar a sua conversão desde o início do seu reinado, Isidoro indica o começo de uma trajetória. Após a conversão, o Hispalense evoca as proezas militares de Recaredo. Aí nos deparamos com uma interrogação: como pôde o rei “*piadoso por la fe y preclaro por la paz*”¹¹ fazer a guerra? Mas o próprio Isidoro responde que foram investidas contra os francos que invadiram a Gália visigótica,¹² contra “os insolentes romanos e as invasões dos vascones”¹³ para garantir o moral das tropas.¹⁴ Fica claro, portanto, que o rei conseguiu sufocar as tentativas de usurpação e foi, antes de mais nada, um administrador.

Ao resumir sua impressão dizendo que Recaredo “sabia que a realeza lhe havia sido concedida para que fosse desfrutada de forma salutar, buscando a salvação”,¹⁵ Isidoro expressa toda sua concepção de realeza cristã. Como ele dita nas *Sentenças*, a realeza é concedida para o bem comum:

*No es útil al instante todo distintivo de poder, sino que entonces es en verdad útil cuando se lleva con dignidad. Mas entonces lo lleva uno dignamente cuando aprovecha a los súbditos, a los que aventaja por la dignidad terrena.*¹⁶

O retrato que Isidoro faz de Sisebuto nos surpreende por uma certa frieza. As fontes indicam que, entre todos os soberanos, Sisebuto era o mais íntimo do Hispalense, estando unidos também por laços literários. Tanto que na dedicatória das *Etimologias*, Isidoro intitula “seu Senhor e filho Sisebuto”.¹⁷ Embora com reservas, ele manifesta admiração pelo rei. Mas o que nos chama atenção é a sua crítica relacionada à política anti-judaica desenvolvida por este rei godo. Através das

máximas das *Sentenças*, Isidoro o repreende pela utilização da força para com os judeus: “*pues obligó por el poder a los que debió atraer por la razón de la fe...*”¹⁸

De acordo com o *Livro I das Sentenças*, *la fe de ningún modo se impone por la fuerza, sino que se justifica con la razón y los ejemplos*.¹⁹

Assim, Isidoro aproveita o caso particular de Sisebuto, não somente para enunciar um princípio político, mas para condenar uma intervenção abusiva do poder secular nos assuntos eclesiásticos.

Suintila é o único soberano que se elevou à altura de Recaredo, sobretudo por ter acabado com o último enclave bizantino na *Hispania*.²⁰ Sua elevação ao trono é descrita de maneira solene, talvez de acordo com a forma protocolar da época: *...gloriosissimus Suinthila gratia diuina regni suscepit sceptrum*.²¹

Ao longo do perfil de Suintila, observamos dois elementos que se destacam: a enumeração das *regiae uirtutes* e a associação ao trono do príncipe Ricimero. Aqui, a noção de “virtudes régias” é devesas importante para se elaborar um ideal político. É pela enumeração dessas virtudes que Isidoro vai delineando o seu ideal de Rex:

*Además de estos motivos de alabanza a la gloria militar de Suinthila, tenía este rey muchísimas virtudes propias de la majestad real: fidelidad, prudencia, habilidad, examen extremado en los juicios, atención primordial al gobierno del reino, munificencia para con todos, generosidad para con los pobres y necesitados, pronta disposición para el perdón; tanto que mereció ser llamado no sólo príncipe de los pueblos, sino también el padre de los pobres.*²²

Podemos observar uma aparente contradição entre a *Historia Gothorum* e as declarações do IV Concílio de Toledo em 633, nas quais Suintila, ao ser deposto, foi acusado de despojar os pobres. Acontece que a nova historiografia tem demonstrado que os *miseri* referidos pelo concílio, provavelmente são nobres espoliados, vítimas da política anti-aristocrática do monarca. Ao omitir esse trágico desfecho, Isidoro intimamente concordava que era necessário confiscar a riqueza dos nobres em favor dos pobres e que o rei pagou um alto preço por possuir tais virtudes.

Suintila, então emerge como um príncipe dotado das virtudes reais enumeradas por Isidoro nas *Etimologias*: *Las virtudes regias son principalmente dos: la justicia y la piedad. No obstante, más suele alabarse en los reyes la piedad, pues justicia, por su propia esencia, es severa*.²³

Com esse princípio Isidoro resgata ao domínio político o resultado de suas leituras e de sua reflexão sobre a moral. J. Fontaine e M. Reydellet observam que a *Formula uitaie honestae* de Martinho de Braga deve ter auxiliado o Hispalense a seguir este caminho.²⁴ Concebido como um tratado sobre a moral para ser utilizado pelos soberanos, a obra analisa quatro virtudes: *prudentia*,

magnanimitas, continentia, iustitia. No entanto, Reydellet assinala que em nenhum momento Martinho de Braga menciona as virtudes reais propriamente ditas.²⁵ Logo, cabe a Isidoro o mérito desta descoberta, ou talvez desta redescoberta, já que ele restabelece uma tradição da Antigüidade, de fixar uma deontologia para o uso de reis e imperadores. Ao relacionar com a realeza visigótica, a afirmação da existência de virtudes que o rei deve particularmente cultivar, representa um certo aprofundamento do sentido de sua função. É por isso que, ao descrever o retrato de Suintila, Isidoro separa nitidamente as qualidades militares das virtudes reais.²⁶

Quanto à questão da associação ao trono de Ricimero, filho de Suintila, inicialmente, parece que Isidoro não crê que a eleição seja a melhor solução para o processo sucessório, ao celebrar esse fato:

El hijo de Suintila, Ricimero, asociado por él al trono, comparte la alegría de este mismo trono. En su infancia resalta de tal manera el brillo de su índole sagrada, que se prefigura en él, el retrato de las virtudes paternas.

É verdade que este procedimento vem desde Leovigildo, com seus filhos Hermenegildo e Recaredo; e este último com Liúva II. Como já sabemos, o princípio de eleição à coroa foi proclamado pelos concílios, o que indica que tal posição seria a preferencial da Igreja. No entanto, estes concílios que são posteriores a Isidoro, foram desenvolvidos em uma conjuntura pouco harmoniosa entre Igreja e Realeza. Tudo indica, então, que, nestas condições, a Igreja ratificasse o princípio eletivo para agradar a aristocracia gótica, que na sua maioria, participava dos concílios. Por outro lado, isso não impediu que, posteriormente, Chindasvinto associasse o trono a seu filho Recesvinto.

No que toca a Suintila, a sua elevação ao trono é descrita de maneira única na *Historia Gothorum*: *gratia diuina regni suscepit sceptr*a. Ao utilizar estes termos, Isidoro abusa da Providência na sua visão de realeza. Entretanto, ela intervém no início do reinado de Suintila e reaparece para regulamentar sua sucessão:

*Por él (Ricimero) se ha de interceder entre el que rige el cielo y al género humano para que, del mismo modo que ahora está asociado en el trono patrio, así también después de un largo mandato de su padre sea dignísimo de la sucesión al reino.*²⁷

A leitura do texto ainda nos permite supor que o Hispalense procura conciliar os dois princípios opostos: o estóico da escolha do mais digno e o princípio hereditário. O termo *dignissimus* confirma esta hipótese. Deus, na sua função de *rector humani generis*, proverá. Neste caso, Deus representa o imperador do mundo, Aquele que os reis devem servir. Assim, a *sacrae indolis splendor* que brilha na frente de Ricimero aparece como uma marca da eleição divina. Sob o

olhar de Deus, não importa qual a fórmula para sucessão. Então, não caberia a Isidoro decidir pelo princípio da hereditariedade, pois esta decisão não se embasaria em uma apreciação racional e humana e suas vantagens em relação à eleição. Para ele, tudo se reconduz às mãos do Criador.

Através desses “retratos” podemos perceber um pouco da reflexão política do bispo de Sevilha, ao entender como a realeza gótica terminou por abraçar a causa da *Hispania*. Isidoro também adere à causa e a complementa, legitimando as bodas entre a *Hispania* e os godos, emergindo como uma voz que celebra o sistema político hispânico.

NOTAS:

¹ ISIDORO, *Alabanza de Hispania* in *Historia de los godos, vándalos y suevos*. Ed. Bilingüe: Latin/Español. Leon: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1975, pp. 169-171.

² RODRÍGUEZ ALONSO, C. *Introducción de las Historias de los godos, vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla*, p. 11.

³ FONTAINE, J. *Isidoro de Sevilla. Génesis y originalidad de la cultura hispánica en tiempos de los visigodos*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2002, p. 173.

⁴ MONTERO DÍAZ, S. *Introducción general a las Etimologías de San Isidoro de Sevilla*. Ed. Bilingüe: Latin/Español. Madrid: BAC, 1951, p. 52.

⁵ REYDELLET, M. *La Royauté dans la Littérature Latine de Sidoine Apollinaire à Isidore de Sevilla*. Roma: École Française de Rome, 1981, p. 510.

⁶ ISIDORO, *Hist.* 39.

⁷ *Ib.*, 47.

⁸ *Ib.*, 51.

⁹ *Ib.*, 49, 50.

¹⁰ *Ib.*, 52.

¹¹ *Ib.*, 52.

¹² *Ib.*, 54: *Logró, en efecto, un glorioso triunfo sobre casi sesenta mil soldados francos, que invadían las Galias, enviando contra ellos al duque Claudio.*

¹³ *Ib.*, 55.

¹⁴ *Ib.*, 55.

¹⁵ *Ib.*, 56.

¹⁶ ISIDORO, *Sent.*, III, 48, 5.

¹⁷ Na edição utilizada, de José Oroz Reta, a dedicatória encontra-se depois das cartas trocadas entre Isidoro e Bráulio de Zaragoza, p. 275.

¹⁸ ISIDORO, *Hist.* 60.

¹⁹ ISIDORO, *Sent.* I, 2, 4.

²⁰ ISIDORO, *Hist.* 62.

²¹ *Ib.*, 61.

²² *Ib.*, 64.

²³ ISIDORO, *Etym.* IX, 3, 5.

²⁴ FONTAINE, J. *Op. cit.*, p. 178.

²⁵ REYDELLET, M. *Op. cit.*, p. 548.

²⁶ REYDELLET, M. *Op. cit.*, p. 549.

²⁷ ISIDORO, *Hist.* 65.